

## Revista Multidisciplinar

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES**

Gizelle A. Barbosa Vicentini



Fonte: <https://images.app.goo.gl/nZJCCNFjvb8wdUDS9>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number

2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

## A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES

Gizelle Almeida Barbosa Vicentini<sup>1</sup>

**Revista o Universo Observável**  
**DOI : 10.5281/zenodo.13333755**  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.13333755)

18 de Janeiro de 2021

---

<sup>1</sup>Bacharel em Pedagogia pela Universidade IESCAMP, formada em 2013. Graduada em Arte pela Faculdade Mozarteum de São Paulo, com conclusão em 2017. Especialista em Educação Especial com pós-graduação finalizada em 2020. Realizou curso de Filosofia e Arte em 2020, além de ter concluído o curso de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Arteterapia, ambos em 2020.

E-mail: [gizelleij@gmail.com](mailto:gizelleij@gmail.com)

## RESUMO

Nos últimos anos tem-se enfrentando grandes mudanças no que diz respeito à educação. Uma delas é a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Com o processo de inclusão, toda criança com algum tipo de deficiência tem direito à escolarização. Por esse motivo, as escolas tiveram de se reinventar, sendo necessárias adaptações arquitetônicas e nas práticas pedagógicas para atender toda essa diversidade. Este estudo visa identificar os benefícios do processo de inclusão nas escolas regulares de ensino. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Estudos demonstraram que o processo de inclusão traz muitos benefícios para toda comunidade escolar, pois convivendo com a diferença os atores sociais da escola podem aprender a aceitar e respeitar as limitações de cada um.

**Palavras-chave:** Inclusão. Deficiência. Escola regular.

## ABSTRACT

*In recent years, there have been significant changes in education, one of which is the inclusion of students with disabilities in regular schools. With the inclusion process, every child with any type of disability has the right to schooling. For this reason, schools have had to reinvent themselves, requiring architectural adaptations and changes in pedagogical practices to accommodate this diversity. This study aims to identify the benefits of the inclusion process in regular educational institutions. The methodology used was bibliographic research. Studies have shown that the inclusion process brings many benefits to the entire school community, as living with differences allows school social actors to learn to accept and respect each individual's limitations.*

*Keywords: Inclusion. Disability. Regular school.*

## 1 INTRODUÇÃO

Vive-se hoje um momento de redefinição, no qual cabe às instituições de ensino papéis diferentes dos de antigamente. As escolas têm, diante de si, o grande desafio de se reinventar, sendo necessárias novas práticas pedagógicas que garantam atender toda a diversidade humana. Dentre as diversidades atuais temos a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. São considerados alunos com deficiência, todos aqueles que ficam fora dos padrões estabelecidos por um grupo. De acordo com

a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

*Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (2007, p.2)*

São exemplos, as pessoas com deficiência mental, motora, problemas auditivos ou visuais, dificuldade de concentração, com transtornos e síndromes.

Aceitar e aprender a conviver com a diversidade é o primeiro passo para a criação de uma escola de qualidade para todos. Esses fatos reforçam a percepção de que as políticas de inclusão devem ser adotadas, permitindo que uma parcela de alunos anteriormente excluída das demais, possa fazer parte das escolas comuns ou regulares. Este estudo tem por objetivo identificar os benefícios trazidos pelo processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Tais benefícios não se aplicam somente aos próprios alunos com deficiência, mas também para os demais colegas de turma e demais componentes da comunidade escolar.

Para a realização desse estudo foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica. De acordo com Caldas (1986, p. 15) a pesquisa bibliográfica representa a

*coleta e armazenagem de dados de entrada para a revisão, processando-se mediante levantamento das publicações existentes sobre o assunto ou problema em estudo, seleção, leitura e fichamento das informações relevantes.*

O presente artigo fará uma breve abordagem histórica da educação especial no Brasil, sobre o processo de inclusão e as reformulações para uma escola inclusiva, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a legislação vigente, a sala de recursos multifuncional e público alvo do AEE. Por fim, o artigo tratará dos benefícios do processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, destacando os principais benefícios da inclusão para alunos com algum tipo de deficiência, seus pais, professores e demais colegas.

## 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Historicamente, a educação de pessoas com deficiência nasceu de forma solitária, segregada e excludente. Ela surgiu com caráter assistencialista e terapêutico e somente mais tarde surgiram os primeiros programas para prover atenção e cuidados básicos de saúde, alimentação, moradia e educação.

A educação inclusiva ou especial, chegou ao Brasil a partir do século XIX, por influência de experiências europeias e norte-americanas, alguns brasileiros trouxeram ideias para organizar o tratamento de pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. Esse tratamento iniciou de forma isolada e particular, ou seja, não havia nenhuma relação com as políticas públicas da educação. Somente após um século a educação especial passou a ser um componente do nosso sistema educacional. No início dos anos 60 a educação especial foi instituída oficialmente, com a denominação de “educação dos excepcionais”. O atendimento às pessoas com deficiência teve início com a criação de duas escolas: em 1854, o Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant - IBC e em 1857, Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES, ambos no Rio de Janeiro.

Em 1926, foi fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental. Em 1954, foi fundada a primeira APAE; e, em 1945, foi criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, passou a fundamentar o atendimento educacional às pessoas com deficiência, apontando o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Mas esta lei foi alterada em 1971 definindo o encaminhamento para escolas especiais de alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados.

Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil. Em 1988, a Constituição Federal, estabeleceu a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A partir dos anos 90 a história da educação especial ficou marcada por movimentos a favor da Inclusão Escolar. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, reforçou a obrigação da matrícula na rede regular de ensino. Os documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. E em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino

regular àqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades no mesmo ritmo dos demais alunos. Em 1996, a LDB, apontou que a educação dos portadores de necessidades especiais, deve ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino. Em 1999, o Decreto nº 3.298, definiu a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Em 2001, foi elaborada as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica em dois temas: a organização dos sistemas de ensino para o atendimento ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais e a formação do professor. Em 2002, foi reconhecida a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão e o MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino. Em 2004, o Ministério Público Federal com o objetivo de disseminar a ideia de inclusão, publicou o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. Em 2006, o Brasil assume o compromisso de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Em 2007, foi lançado o Plano de

Desenvolvimento da Educação – PDE, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior. Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva- MEC 2008 estabeleceu o público alvo da educação especial e regulamentou o atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncionais.

Atualmente, após muitos anos de modificações e aperfeiçoamento das legislações, os alunos com deficiência adquiriram o direito de frequentar a escola regular e conviver com os demais alunos.

## 2.1 PROCESSO DE INCLUSÃO E A ESCOLA INCLUSIVA

A ideia fundamental da inclusão é um sistema educacional único, de qualidade, que atende a todos os alunos independentemente do tipo e do grau de deficiência. Com o processo de inclusão todas as crianças com algum tipo de deficiência passam a ter o direito à escolarização o mais próximo possível dos padrões considerados normais para os alunos que não possuem deficiência. Para que isso seja possível o sistema escolar tem que adaptar-se às necessidades dos alunos. Para uma escola ser inclusiva de fato não



basta apenas receber os alunos, deve-se antes de qualquer coisa fazer um levantamento das adaptações que devem ser feitas na escola para receber as mais variadas necessidades. Pensar, por exemplo, na adequação de portas para passagem de cadeira de rodas, rampas de acesso, adaptação de banheiros e bebedores, conserto de pisos irregulares, retirada de obstáculos do caminho, mesas adequadas, refeitório, etc. Além de eliminar as barreiras arquitetônicas, é importante adotar métodos e práticas de ensino adequados às diferenças dos alunos. Sem esquecer os materiais e equipamentos que atendam a diversidade e facilitem a aprendizagem.

*Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não considera apenas a sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades. (Glat e Nogueira, 2002, p.26)*

Sob o ponto de vista da inclusão, a formação dos professores torna-se um item essencial, de acordo com a LDB de 1996 no artigo 59, são previstos “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (p.22).

Dentro deste contexto a escola deve rever a formação de seu corpo docente e os sistemas de ensino devem comprometer-se com a formação continuada dos mesmos. O professor deve estar apto a elaborar e implantar novas propostas de ensino de forma a atender as necessidades dos alunos, estimular a aprendizagem e assegurar sua permanência na escola.

*A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde a necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminam, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania. (Xavier, 2002, p.19)* Um fator importante para uma escola inclusiva de sucesso é a elaboração de um trabalho para toda comunidade escolar, conscientizando todos a aceitar as diferenças individuais como um atributo e não como um obstáculo e valorizar a diversidade humana como uma forma de aprendizado. MRECH (1999), é pontual ao definir a

proposta da Educação Inclusiva: “é uma maneira nova da gente se ver, ver os outros e a Educação. De se aprender a conviver com as diferenças, as mudanças, com aquilo que está além das imagens. Uma maneira da gente apostar no outro”. (p.28). A comunidade escolar deve olhar a inclusão de forma diferente, e ver quanta coisa positiva pode vir com ela. Perceber que através da inclusão aprende-se a entender e conhecer o outro, e assim tem-se o privilégio de conviver com pessoas diferentes. Enfim o processo de inclusão não pode mais ser ignorado, cabe a nós transformarmos o ambiente escolar em um ambiente que reconhece, respeita e ensina com e a partir das diferenças.

## 2.2. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Desde janeiro de 2008, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, reafirma o direito de todos os alunos com algum tipo de deficiência, o acesso à educação no ensino regular, recebendo, quando necessário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE). As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade educação especial no artigo 4º, definem o público alvo do atendimento educacional especializado:

- I- *Alunos com Deficiência: “aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.*
- II- *Alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento: “aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos em outra especificação”.*
- III- *Alunos com altas habilidades/superdotação: “aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade”.* (2008, p.1)

De forma resumida, os alunos que podem receber atendimento educacional especializado são: alunos com Deficiência física, intelectual, mental ou sensorial; alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento como os alunos com autismo

clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos em outra especificação e os alunos com altas habilidades/superdotação. O atendimento Educacional Especializado (AEE) é o atendimento realizado por um professor com formação específica e oferecido aos alunos no turno inverso de seu horário de aula, de forma a complementar e/ou suplementar o ensino regular, considerando as necessidades dos alunos.

O professor do AEE, dependendo da necessidade do aluno, organiza atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade a fim de facilitar o processo de construção da aprendizagem. As atividades oferecidas pelo AEE são diferentes daquelas realizadas em sala de aula, pois, devem ser atividades e recursos que estimulam o aprendizado do aluno naquelas áreas em que ele encontra maiores dificuldades.

Outras atividades desenvolvidas no AEE são, por exemplo: O ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS para alunos surdos, o código Braile para deficientes visuais, comunicação alternativa, enriquecimento curricular, produção e adaptação de materiais didáticos e pedagógicos e atividades da vida autônoma. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define o Atendimento Educacional Especializado:

*O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Secretaria de Educação Especial, 2008, p.15).*

O atendimento Educacional Especializado é realizado em uma sala chamada Sala de Recursos Multifuncional. Essas salas são ambientes que possuem equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos que visam complementar e/ou suplementar o ensino regular de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, facilitando a aprendizagem desses sujeitos. São exemplos de equipamentos e materiais encontrados nas salas de recursos: Computadores com softwares acessíveis, scanners, impressoras, microfones, caixas de som, lupas, rádios, jogos diversos em madeira, bolas, bambolês e muito mais.

É na sala de recursos que o professor do AEE avalia quais as possibilidades desse aluno e quais os

recursos a serem utilizados, caso o aluno precise do atendimento. É o professor do AEE que organiza o cronograma com os horários de atendimentos, bem como se os atendimentos serão individuais ou em pequenos grupos dependendo do aluno e do objetivo do trabalho pedagógico a ser realizado. Sendo o AEE um trabalho de grande relevância, ele deve ser sempre articulado com as propostas pedagógicas do ensino comum e constar no Projeto Político Pedagógico da escola. Cabe ainda destacar a importância do AEE e da sala de recursos multifuncional, pois o atendimento poderá amenizar muito as dificuldades enfrentadas pelos alunos, e dessa forma auxiliar o processo de inclusão e de aprendizagem.

### 2.3. OS BENEFÍCIOS DA INCLUSÃO

O ambiente escolar é um espaço de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, onde crianças e jovens aprendem a “serem pessoas”. Em ambientes educativos, a inclusão ensina os alunos a valorizar a diferença pela convivência, com espírito solidário e participativo. Nesse contexto todos os alunos têm possibilidades de aprender, frequentando uma mesma e única turma.

*A educação inclusiva tem sido caracterizada como um “novo paradigma”, que se constitui pelo apreço a diversidade como condição a ser valorizada, pois é benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige a ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, nos sistemas de ensino. (MANTOAN, 2006, p. 40)*

Atualmente, já temos diversos estudos que demonstram que o processo de inclusão escolar não é um processo difícil, e possui aspectos muito positivos. De acordo com SELAU (2007), as crianças conseguem se adaptar bem e se relacionar com o grupo, independentemente de suas capacidades e dificuldades, desenvolvem a criatividade na relação com o grupo e se adaptam as mais diferentes situações, percebem as diferenças e aprendem com isso. “Somos diferentes. Essa é a nossa condição humana” (CARVALHO, 2007, p.11).

O processo de inclusão é, portanto, um processo muito benéfico que pode trazer ganhos não apenas para os alunos que são incluídos, mas certamente para todos que convivem no espaço escolar. Para os alunos com deficiência, a inclusão possibilita que eles ocupem um espaço antes não ocupado. Passam a exercer seus direitos e tornem-se cidadãos, convivendo com todos os outros alunos da escola. A socialização da criança especial o estimula a vencer novos desafios, fazendo-a se sentir cada vez mais

capaz. A criança cresce e aprende a viver em ambientes integrados, encontrando nos demais colegas modelos, e passam a segui-los muitas vezes.

As pesquisas nos mostram que a inclusão aumenta as possibilidades dos indivíduos com algum tipo de deficiência estabelecer significativos laços de amizade, de desenvolverem-se física e cognitivamente e de serem membros ativos na escola e na construção de conhecimentos.

Entrevistas realizadas mostram que na opinião de professores os alunos com deficiência aumentam suas capacidades de atenção, de comunicação e da participação ativa em atividades educativas em um espaço de tempo muito menor do que se fossem educados em salas de aula especiais, reclusos à convivência com colegas que estão no seu mesmo nível de desenvolvimento no que tange a aspectos cognitivos afetivos e sociais.

Em pouco tempo de convivência com os alunos sem deficiência, o aluno deficiente torna-se mais social, mais comunicativo e reduz significativamente os comportamentos considerados inapropriados para a convivência e participação na sala de aula regular. Percebe-se que os alunos desenvolvem seu senso de autoaceitação e auto-valorização, ou seja, eles percebem que são diferentes dos demais, mas aceitam e não se sentem inferiores por isso.

Para os pais dos alunos, a inclusão também é um processo benéfico, os pais relatam que se sentem muito mais motivados e encorajados a participar da educação de seus filhos quando estes estão incluídos em salas de aulas regulares no meio de tanta diversidade. A inclusão também afeta os outros alunos sem deficiência, pois eles aprendem a lidar com o “diferente”, deixam os preconceitos de lado e aceitam as pessoas do jeito que são. Eles passam a ser mais tolerantes, solidários e comprometidos com o próximo, e ajudam sempre que necessário. Ao conviver com deficientes, as demais crianças tornaram-se mais sensíveis as questões de discriminação que acontecem no cotidiano. Desenvolvem-se mais flexíveis e valorizam as pessoas pela contribuição que elas têm a dar. Passam a aceitar com mais naturalidade a presença de pessoas que usam cadeiras de rodas, aparelhos de surdez, bengalas, etc.

*Escolas são construídas para promover educação para todos, portanto todos os indivíduos têm o direito de participação como membro ativo da sociedade na qual estas escolas estão inseridas. Todas as crianças tem direito à uma educação de qualidade onde suas necessidades individuais possam ser atendidas e aonde elas possam desenvolver-se em um ambiente enriquecedor e estimulante do seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. (BARBOSA, 2010, p.1)*

De maneira geral, todos os alunos podem se beneficiar muito com as metodologias de inclusão, pois o processo estimula a compreensão e aceitação das diferenças e a construção de uma sociedade solidária. A escola passa a ser um lugar de aprendizagem para todos. Incluir crianças deficientes em escolas regulares melhora a vida profissional dos professores, pois os desafia a desenvolverem abordagens mais centradas na criança, participativas e de ensino ativo. Permite a experimentação de várias metodologias e também a convivência com outros profissionais como médicos, psicólogos e fisioterapeutas. Essa oportunidade de trabalhar com outros profissionais é muito benéfica, pois o trabalho em colaboração torna o ensino mais estimulante. Certamente para os professores, o maior ganho no processo de inclusão está em garantir a todos o direito à educação. Por fim, a inclusão de alunos com deficiência pode gerar benefícios para toda a sociedade, pois, aprende-se que apesar das diferenças, todos têm direitos iguais. A inclusão reforça a prática de que as diferenças devem ser aceitas e respeitadas.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Rubem Alves (2004), a primeira tarefa da educação é ensinar a ver, pois é através dos olhos que as crianças conseguem perceber as belezas que existem no mundo. Ver ao redor, enxergar as diferenças existentes entre as coisas e pessoas e perceber a beleza das diferenças. Diferenças estas que estão cada vez mais presentes em nosso dia a dia através da inclusão de alunos com deficiência em nossas escolas regulares. É chegado o momento de revisão, é hora de “olhar” para a escola e permitir que ela seja para todos, verdadeiramente. É necessário transformar as escolas em espaços capazes de receber todos os tipos de crianças, e garantir a todos a permanência e o sucesso da mesma.

Deve-se no papel de professor, reconhecer a importância da inclusão e seus benefícios. Buscar formação para trabalhar com as diversidades, reorganizar as escolas, com estrutura física e material pedagógico que auxiliarão o trabalho diário. Precisa-se do apoio das secretarias de educação no oferecimento de cursos e capacitações, e a realização de um trabalho em parceria com a área da saúde e serviço social, visando uma equipe multidisciplinar. Falar em inclusão implica em pensar numa escola na qual os alunos recebam oportunidades educacionais adequadas às suas habilidades e necessidades; em pensar numa escola para todos os sujeitos, em que todos são aceitos, em que todos ajudam e são ajudados pelos professores e pelos colegas, independentemente do seu talento ou deficiência. Uma escola inclusiva só existe na medida em que se

aceita que é preciso tirar proveito das diferenças. O posicionamento a favor da inclusão vem de dentro de cada pessoa, mas a escola pode e deve incentivar a comunidade escolar a aceitar e a enfrentar o medo da inclusão. Assim poderão entender que todos só têm a ganhar e jamais perder ao conviver com alguém com alguma deficiência.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A complicada arte de ver**. Jornal folha de são Paulo 26/10/2004.

**O desejo de ensinar e a arte de aprender**. Campinas: Educar, 2004.

BARBOSA, Heloiza. **Por quê inclusão?** Disponível em <http://www.defnet.org.beheloiza.htm>. Acesso: 05 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Decreto Nº 186, de 09 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

BRASIL. **Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica**. Brasília, MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. In: Secretaria de Educação Especial/Ministério da Educação. **Inclusão**: Revista da Educação Especial. V.4, n.1. Brasília, MEC/SEESP, 2008.

CALDAS, Maria Aparecida Esteves. **Estudos de revisão de literatura: fundamentação e estratégia metodológica**. São Paulo: Hucitec, 1986.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 3.ed. Porto alegre: Mediação, 2007.

GLAT Rosana; NOGUEIRA Mário Lucio De Lima. **Políticas Educacionais e a formação de**

**professores para a educação inclusiva no Brasil**. Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, ano 14, nº24, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar- Pontos e Contrapontos**. São Paulo. Summus 2006.

Ministério da Educação Secretaria da Educação Especial. **Marcos político-Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília 2010.

MONTEIRO, Ana Paula Húngaro; MANZINI, Eduardo José. **Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v14n1/a04v14n1.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MRECH, L. M. **Psicanálise e Educação**: novos operadores de leitura. São Paulo: Pioneira, 1999.

SELAU, Bento. **Inclusão na sala de aula**. 1ªed. Porto alegre: Evangraf, 2007.

XAVIER, Alexandre Guedes Pereira. **Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva**. Revista Integração. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial, ano 14, nº24, 2006.